CADERNO DE ENCARGOS

AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

ÍNDICE

I – Capitulo – Cláusulas Juridicas

1ª. Objeto 2

2ª. Prazo do contrato 2

3ª. Obrigações principais do prestador de serviços 2

4ª. Preço contratual 2

5ª. Condições de pagamento 3

6ª. Penalidades contratuais 3

7ª. Dever de sigilo 4

8ª. Força maior 4

9ª. Resolução por parte da entidade adjudicante 5

10ª. Resolução por parte do fornecedor 5

11ª. Foro competente 5

12ª. Subcontratação e cessão da posição contratual 5

13ª. Comunicações e notificações 6

14ª. Execução dos serviços 6

15ª. Legislação aplicável 6

16ª. Especificações dos serviços 6

Edificio Paço do Conde Rua Dr. Francisco Sá Carneiro - Ourém – geral@tejoambiente.pt

I – Capítulo – Cláusulas Juridicas

1ª. Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **Aquisição sistema de gestão de assiduidade e de controlo de acessos.**

2ª. Prazo do contrato

1. O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de 365 dias, ou até ser atingido o preço contratual, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
2. O prazo para o início dos trabalhos será de 5 dias úteis após a assinatura do contrato.
3. Os prazos previstos no número anterior podem ser prorrogados por iniciativa da entidade adjudicante ou a requerimento do prestador de serviços devidamente fundamentado.

3ª. Obrigações principais do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais da celebração do contrato, decorrem para o fornecedor/prestador de serviços as seguintes obrigações principais:
   a. Obrigação de entrega dos serviços identificados na sua proposta;
2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

4ª. Preço contratual

1. Pelo fornecimento dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior **não pode, em qualquer caso, ser superior a €18.252,35** (valores sem revisão de preços e sem IVA).
3. O preço referido no número 1 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída a entidade adjudicante, incluindo, (nomeadamente as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças).

Edificio Paço do Conde Rua Dr. Francisco Sá Carneiro - Ourém – geral@tejoambiente.pt

5ª. Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 dias após a receção pela mesma das respetivas faturas emitidas nos termos do artigo 36.º do CIVA, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e após o fornecimento de bens e serviços, nos termos do artigo 9.º, nº1, da LCPA, Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro.
2. Em caso de atraso do contraente público no cumprimento do prazo de pagamento, são devidos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora.
3. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. As faturas deverão ser emitidas em nome da Tejo Ambiente, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, deve especificar o n.º da encomenda e o respetivo número de compromisso.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.

6ª. Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento.

2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária.

3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente (aos bens objeto do contrato cujo atraso na entrega) ou (serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução).

4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.

5. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

7ª. Dever de sigilo

1. O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa a entidade adjudicante de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O fornecedor deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

8ª. Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
    a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;

b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

9ª. Resolução por parte da entidade adjudicante

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

10ª. Resolução por parte do fornecedor

O fornecedor/prestador de serviços pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332º do CCP.

11ª. Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e fiscal do Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

12ª. Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

13ª. Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

14ª. Execução dos serviços

Os serviços serão executados mediante requisição da Tejo Ambiente.

15ª. Legislação aplicável

O contrato é regulado pelo disposto no CCP e restante legislação aplicável.

II – Capítulo – Cláusulas Ténicas e Especificas

16ª.Especificações dos serviços

1. *Aquisição de Sistema de Gestão da Assiduidade, até 150 colaboradores, com automatização do controlo de horário e cumprimento das obrigações laborais legais, designadamente a solução EXPERT, dispondo das seguintes funcionalidades:*

   - Parametrização de diferentes horários de trabalho: rígidos, flexíveis, turnos, isenções e outros;
   - Automatização de gestão de ausências, presenças e trabalho suplementar;
   - Gestão automatizada de Banco de Horas e outros temos de créditos;
   - Automatização de gestão de saldos diários, semanais e mensais;
   - Configuração de abonos especiais com folgas de compensação e outras;
   - Limites de utilização de justificações, trabalho suplementar, subsídios e outros abonos;
   - Gestão de férias por edição gráfica, com controlo dinâmico dos saldos do ano corrente, anterior e seguinte;
   - Automatização e integração com módulo de REMUNERAÇÕES do Software Aplicacional PRIMAVERA SOFTWARE, de modo a ser possível:
     - ✓ Cadastro do colaborador com configuração do tipo de contrato, categoria profissional. Etc.;

Edificio Paço do Conde Rua Dr. Francisco Sá Carneiro - Ourém – geral@tejoambiente.pt

- ✓ Configurações complementares de acordo com legislação em vigor (ex. agregado familiar, etc.);
- ✓ Lançamento de abonos e faltas;
- ✓ Total integração com módulo de assiduidade EXPERT;
- ✓ Produção de mapas e relatórios.

2. Aquisição de solução EXPERT para Gestão de Acessos que permita monitorizar em tempo real os movimentos de acessos, com seguintes funcionalidades:
   - Abrangência de acessos de todos os funcionários e de entidades externas;
   - Definição de horários de acesso;
   - Definição de níveis de permissões, com atribuição de perfis de acesso;
   - Definição de zonas de acesso;
   - Controlo de anti-passback;
   - Consulta de acessos de forma seletiva;
   - Tratamento de alarmes;
   - Possibilidade de interlogação do terminal com todo o tipo de dispositivos de segurança

A gestão de acessos deverá incluir Módulo Expert para controlo de acessos:

- Terminais de controlo de acessos para a sede, CET, armazém de Tomar e demais armazéns; no caso dos armazéns, deverá considerar a proteção antivandálica para adequação do terminal ao exterior, embora se mantenha a obrigatoriedade de uma proteção superior que proteja de algum modo o terminal da exposição direta do terminal à intempérie; ainda no caso dos armazéns, os terminais propostos servirão também para registo de assiduidade
- Dispositivos eletromecânicos para as portas a controlar; previsto o fornecimento, não a sua aplicação.

QUANTIDADES DE ARTIGOS:

- 2 Terminais TUX 920 IP Biométrico de impressão digital, para registo na Sede da TA e no CET em Tomar;
- 3 Terminais UMV5 IP Biométrico de Impressão digital, para controlo de acessos na sede, CET e Armazém de Tomar; incluída fonte de alimentação montanda 24VDC;
- 5 leitores RUC 20 USB biométrico de impressão digital para as lojas de Tomar, Sardoal, FZêzere, Mação e VN Barquinha;
- 6 terminais UMV6 IB biométricos de impressão digital, para registo de assiduidade nos armazéns;
- 9 eletroíman MAG-03000ALS-HD e respetivos acessórios de fixação para as portas de acesso da sede, CET, Armazém de Tomar e restantes Armazéns.

Edificio Paço do Conde Rua Dr. Francisco Sá Carneiro - Ourém – geral@tejoambiente.pt

- 1 Solução EXPERT – Módulo de assiduidade (licenciamento 2 utilizadores e 150 colaboradores), com exportação para Vencimentos PRIMAVERA SOFTWARE – vencimentos e sincronização cadastral com Primavera;
- 1 Solução EXPERT Módulo de acessos, com licenciamento para 2 utilizadores e 150 colaboradores;
- 4 dias de instalação do hardware;
- 6 dias de instalação, parametrização de software e formação EXPERT – Assiduidade e módulos de acesso;

Prazo de entrega: 15 dias, a contar da data de adjudicação.

Edificio Paço do Conde Rua Dr. Francisco Sá Carneiro - Ourém – geral@tejoambiente.pt